

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ - BRASIL

Maria Graciana da Silva Felipe¹, Thiago Leoncio Caiana²

Cristiane Melo Poletto³, Josy Renata Moreira Machado⁴

Ana Cecilia Cardozo Soares⁵, Gilvan Ferreira Felipe⁶

Leidiane Minervina Moraes de Sabino⁷, Jairo Domingos de Moraes⁸

Destaques: (1) Alimentos regionais garantem o direito à alimentação para os cidadãos brasileiros. (2) A ocupação influencia no conhecimento sobre o uso de alimentos regionais. (3) A ocupação “dona de casa” influenciou em atitudes e práticas adequadas. (4) Famílias orientadas sobre alimentação tendem a conhecer melhor os alimentos regionais.

PRE-PROOF

(as accepted)

Esta é uma versão preliminar e não editada de um manuscrito que foi aceito para publicação na Revista Contexto & Saúde. Como um serviço aos nossos leitores, estamos disponibilizando esta versão inicial do manuscrito, conforme aceita. O artigo ainda passará por revisão, formatação e aprovação pelos autores antes de ser publicado em sua forma final.

<http://dx.doi.org/10.21527/2176-7114.2026.51.17214>

¹ Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5826-973X>

² Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Curitiba/PR, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-1358-6277>

³ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Instituto de Ciências da Saúde. Redenção/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3146-2593>

⁴ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Instituto de Ciências da Saúde. Redenção/CE, Brasil. <https://orcid.org/0009-0000-0637-858X>

⁵ Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0174-7662>

⁶ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Instituto de Ciências da Saúde. Redenção/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0674-4396>

⁷ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Instituto de Ciências da Saúde. Redenção/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2938-870X>

⁸ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Instituto de Ciências da Saúde. Redenção/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8383-7871>

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

Como citar:

Felipe MG da S, Caiana TL, Poletto CM, Machado JRM, Soares ACC, Felipe GF. et al. Influência de fatores sociodemográficos no conhecimento, atitude e prática sobre o uso de alimentos regionais no interior do Ceará – Brasil. Rev. Contexto & Saúde. 2026;26(51):e17214

RESUMO

Objetivo: Avaliar a associação de fatores sociodemográficos e econômicos e os níveis de Conhecimento, Atitude e Prática (CAP) quanto ao uso de alimentos regionais de famílias com crianças menores de cinco anos, no interior do Ceará. **Método:** Trata-se de um estudo transversal realizado com 70 mães residentes nos municípios de Acarape/CE e Redenção/CE, entre janeiro e março de 2023. Utilizou-se um questionário sociodemográfico e o inquérito CAP para avaliar os domínios associados ao uso dos alimentos regionais. **Resultados:** A maioria das participantes apresentou conhecimento inadequado (82,9%), enquanto que em 81,4% foi observada uma atitude adequada, e 75,7% apontaram práticas alimentares adequadas. Houve associação estatisticamente significativa entre a ocupação materna “dona de casa” e as práticas alimentares adequadas ($p < 0,05$). A análise multivariada apontou que participantes informadas sobre a alimentação apresentaram 26,7% mais chance de conhecimento adequado ($OR = 0,733$, $p < 0,05$), além de que mães com atitude adequada apresentaram 5,4 vezes mais chance de prática alimentar adequada ($OR = 5,483$, $p < 0,05$). **Conclusão:** Os fatores sociodemográficos e econômicos, com ênfase para ocupação e o acesso às informações sobre a alimentação infantil, influenciam diretamente o CAP quanto ao uso dos alimentos regionais. Esses achados reforçam a necessidade de estratégias educativas e políticas públicas à promoção da alimentação saudável na primeira infância.

Palavras-chave: Conhecimentos, Atitudes e Prática em Saúde; Hábitos alimentares; Fatores Socioeconômicos; Saúde da Criança; Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A primeira infância é um período primordial para a formação de hábitos alimentares que tendem a perdurar ao longo da vida. O consumo reduzido de alimentos *in natura* ou minimamente processados, como os alimentos regionais, pode comprometer a oferta de

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

nutrientes essenciais, favorece a insegurança alimentar infantil e está associado a consequências que podem se estender até a vida adulta, como maior risco de anemia ferropriva, deficiência de vitamina A e déficits no crescimento e desenvolvimento infantil¹.

Os alimentos regionais são aqueles que estão amplamente presentes nas diferentes regiões do Brasil, apresentam alto teor nutritivo, baixo custo e fácil acesso, sendo aliados importantes para a segurança alimentar e nutricional²⁻⁴. Apesar desses benefícios, pesquisas nacionais têm mostrado que a presença de alimentos regionais tem sido cada vez menos frequentes nos lares brasileiros. Na faixa temporal de 2017-2018 os alimentos tipicamente regionais corresponderam apenas a um quarto dos grupos alimentares consumidos e representaram 3,12% do total de calorias. Destaca-se, entretanto, que a região Nordeste é a que apresenta os maiores índices de consumo dos alimentos regionais⁵.

O padrão alimentar é influenciado pelo contexto sociodemográfico. Os moradores da zona rural, por exemplo, apresentam um alto consumo de alimentos minimamente processados, como feijão, frutas e hortaliças; entre outros fatores, isso ocorre devido a acessibilidade do alimento regional no meio rural. Em contrapartida, na zona urbana há um acentuado consumo de alimentos ultraprocessados devido o processo de urbanização. Entretanto, estudos evidenciam que com o progresso da urbanização e industrialização, em alguns anos a população da zona rural tenderá a imitar os mesmos hábitos alimentares das áreas urbanas³.

Déficits no conhecimento, atitude e prática sobre o uso de alimentos regionais interfere diretamente no consumo desses alimentos, a literatura vigente apresenta diversas variáveis sociodemográficas e econômicas que podem influenciar o CAP da população como: idade, raça, religião, renda, sexo e estado civil⁶⁻⁷.

Apesar dos avanços no campo da alimentação e nutrição, são escassos os estudos que investigam, de forma específica, os fatores que influenciam o conhecimento, a atitude e a prática (CAP) sobre o uso de alimentos regionais, principalmente em famílias com crianças menores de cinco anos. Como exemplo até o momento, o único estudo que aplicou o CAP para investigar alimentos regionais em famílias com crianças pequenas no Ceará foi Silveira *et al.*,⁸. Compreender essas variáveis é essencial para subsidiar estratégias de educação alimentar e nutricional e fortalecer políticas públicas voltadas à promoção de hábitos saudáveis na infância.

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

O Inquérito de Conhecimentos, Atitudes e Práticas (CAP) destaca-se como uma ferramenta adequada para esse tipo de investigação, pois proporciona dados relevantes sobre uma população específica em determinado contexto. Além disso, permite avaliar os domínios (conhecimentos, atitudes e práticas) que demandam intervenções mais eficazes. Dessa forma, o uso do CAP torna-se especialmente útil para identificar barreiras e potencialidades relacionadas ao uso de alimentos regionais, fornecendo evidências que orientem intervenções mais direcionadas⁹.

No Brasil, apesar das políticas públicas que incentivam o uso de alimentos regionais como estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional, observa-se uma diminuição progressiva no consumo desses alimentos, especialmente nas regiões urbanas. No interior do estado do Ceará por sua vez, ainda são escassos os estudos que investigam os fatores sociodemográficos que influenciam o uso de alimentos regionais em famílias com crianças pequenas, dificultando a formulação de estratégias educativas e políticas adaptadas à realidade local.

Dessa maneira, é necessário investigar como as variáveis sociodemográficas e econômicas influenciam no CAP do uso de alimentos regionais. Com esse conhecimento, torna-se possível propagar efetivamente o consumo desses alimentos, que são primordiais para o crescimento saudável das crianças. Além de subsidiar políticas públicas de alimentação e nutrição infantil e ações de educação alimentar.

Esse estudo objetivou avaliar a associação de fatores sociodemográficos e econômicos com os níveis de conhecimento, atitude e prática quanto ao uso de alimentos regionais de famílias com crianças menores de cinco anos, no interior do Ceará.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, que faz parte da pesquisa quase experimental intitulada “Efeito da aplicação de intervenção educativa para promoção da segurança alimentar e nutricional de famílias com crianças”, realizado em duas Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) e duas escolas públicas de educação infantil dos municípios de Acarape/CE e Redenção/CE.

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

A coleta de dados ocorreu no período de janeiro a março de 2023, sendo realizada com mães de crianças menores de cinco anos de idade. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: ser mãe de criança menor de cinco anos de idade, ser cadastrada e acompanhada na UAPS em que foi desenvolvido o estudo e residir com a criança no mesmo domicílio. Já como critérios de exclusão foram: mãe que não tinha habilidade cognitiva para participar da intervenção educativa, a ser relatado pela própria participante.

A população foi selecionada por meio de amostragem por conveniência considerando acessibilidade às participantes durante o período da coleta. Essa abordagem foi adotada devido à logística de contato com todas as mães elegíveis cadastradas nas Unidades de Saúde e escolas participantes, bem como limitação de tempo e equipe disponível para o estudo.

Na UAPS, a coleta de dados foi realizada nos dias de consulta de puericultura e vacinação, onde havia um maior número de mães. Nas escolas de ensino infantil, a coleta ocorreu no horário que os pais deixavam e buscavam os filhos na escola.

Para a realização da coleta de dados do estudo aplicou-se inicialmente o questionário do perfil sociodemográfico e da condição de saúde da criança, o qual foi adaptado do estudo de Joventino¹⁰, e em seguida o inquérito de conhecimento, atitude e prática (CAP), utilizado em um estudo anterior de Martins², que possibilitou avaliar em adequado e inadequado em relação ao uso dos alimentos regionais na refeição da criança.

O formulário de Joventino¹⁰ é composto por 59 questões que se subdividem nas seções dados demográficos, condições socioeconômicas e sanitárias e a seção da saúde da criança. As adaptações realizadas consistiram em remover as questões referentes as condições sanitárias e quanto a diarreia infantil, ao final das adaptações o questionário reduziu-se para 21 questões fechadas que dão ênfase aos dados sociodemográficos dos pais (Idade do participante; Escolaridade; Estado Civil; Ocupação; Nº de pessoas na residência; Renda familiar) e da saúde da criança.

Quanto ao segundo instrumento, o inquérito CAP foi elaborado e utilizado no estudo de Martins². Para sua elaboração, utilizaram-se pesquisas anteriores que abordaram a temática do inquérito, garantindo sua adequação à temática alimentos regionais¹¹⁻¹².

O Inquérito (CAP) é composto por três seções: (1) conhecimento sobre alimentos regionais, abordando reconhecimento, finalidade e formas de preparo; (2) atitudes em relação

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

ao uso desses alimentos na dieta infantil, investigando percepção de necessidade e justificativas; e (3) práticas alimentares, contemplando uso prévio e frequência de utilização dos alimentos regionais. A avaliação de cada domínio foi classificada como adequada ou inadequada, conforme critérios estabelecidos no próprio instrumento.

Para melhorar a compreensão do segundo instrumento, é essencial delinear os conceitos de conhecimento, atitude e prática. Assim, o conhecimento pode ser caracterizado como a compreensão de um fenômeno específico; a atitude como as crenças e predisposições em relação a um determinado cenário; e a prática como as ações realizadas para atingir um objetivo específico².

O conhecimento era considerado adequado quando a informante refere já ter ouvido falar sobre alimentos regionais, sabia que servem para preparar alimentação variada; citam três tipos de alimentos, e mencionam no mínimo dois tipos de alimentação preparada com esses alimentos, com exceção do suco. Conhecimento inadequado quando a informante não sabia para que servia o alimento regional, ou já tinham ouvido falar, mas não sabia que poderia usá-lo para preparar alimentação variada; quando não citou hortaliças, tubérculos e frutas ou quando não sabia mencionar dois tipos de alimentação preparada com esses alimentos².

No tocante ao domínio atitude, esse é considerado adequado quando a mãe referia ser necessário utilizar os alimentos regionais na dieta da criança, com a justificativa de prevenir desnutrição, obesidade, dentre outros distúrbios nutricionais e/ou promover a segurança alimentar e/ou nova alternativa de alimentação; inadequada quando a informante não considerava ser necessário ou não sabia responder sobre a utilização do alimento regional ou justificar de outra forma da citada².

A prática era classificada como adequada quando a informante já havia utilizado uma alimentação contendo componentes regionais na dieta da criança e que poderia utilizar esse alimento regional sempre que achasse necessário. Prática inadequada ocorria quando a participante nunca utilizou uma alimentação contendo um ingrediente regional na dieta da criança e não sabia que poderia usar esse alimento regional sempre que achasse necessário, estabelecendo limites na oferta².

Este estudo é parte de um projeto maior intitulado “Efeito da aplicação de intervenção educativa para promoção da segurança alimentar e nutricional de famílias com crianças”, cujo

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

foco principal era avaliar o impacto de ações educativas sobre o conhecimento, atitude e prática de mães com filhos menores de cinco anos em relação ao uso de alimentos regionais. No contexto desse projeto, antes da aplicação do inquérito CAP, as participantes foram orientadas sobre o conceito de alimento regional por meio do álbum seriado “Alimentos regionais promovendo a segurança alimentar e nutricional”, que ilustra exemplos locais e práticas culinárias com base nesses ingredientes. Essa etapa visou garantir compreensão prévia e padronizada entre as respondentes quanto ao conceito-chave da investigação.

Os dados coletados foram digitados no Microsoft Excel 2010 e analisados no programa *Statistical Package for the Social Sciences (IBM SPSS Statistics)*, versão 20.0. Foi realizado o teste de Kormogorov-Smirnov com a correção de Lilliefors, verificando-se que os dados não apresentavam distribuição normal ($p\text{-valor} < 0,05$). Para verificar a associação entre variáveis sociodemográficas e econômicas com o conhecimento, atitude e práticas alimentares infantis adequadas foi realizado a regressão logística com o método “inserir”. Estimou-se a magnitude do efeito de cada variável calculando a razão de chances (*Odds ratio*) e seus respectivos intervalos de confiança a 95% e nível de significância de 5%.

O estudo foi aprovado em Comitê de Ética em Pesquisa conforme parecer N° 5.792.199 e CAAE N° 63788322.0.0000.5576. Foram cumpridas todas as normas para pesquisa com seres humanos, presentes na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde do Brasil e as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para participação na pesquisa.

RESULTADOS

A amostra foi composta por 70 mães de crianças menores de cinco anos. Em relação aos domínios CAP, a maioria das participantes apresentou conhecimento inadequado (82,9%) enquanto 81,4% demonstraram atitude adequada e 75,7% relataram práticas alimentares adequadas quanto ao uso de alimentos regionais.

A Tabela 1 apresenta a distribuição das variáveis sociodemográficas e econômicas em relação ao nível de conhecimento dos participantes sobre o uso dos alimentos regionais. No tocante à escolaridade, verificou-se uma tendência de associação estatisticamente marginal ($p = 0,057$), sendo que participantes com graduação completa ou incompleta apresentaram maior

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

frequência de conhecimento adequado. A análise de regressão logística indicou que essas participantes tiveram 88,5% menos chance de apresentar conhecimento inadequado ($OR = 0,115$; $IC95\%: 0,012-1,089$), em comparação com aquelas com ensino fundamental.

Os participantes com companheiros apresentaram um maior percentual de conhecimento inadequado (54,3%). A razão de chances para esse grupo foi de 5,789 ($IC95\%: 0,697-48,111$), embora sem significância estatística ($p = 0,092$). A ocupação “dona de casa” destaca-se como a que mais concentrou participantes com conhecimento inadequado (51,7%). Por exemplo, mulheres com ocupações classificadas como “outros” apresentaram uma redução significativa na chance de conhecimento inadequado ($OR = 0,104$; $IC95\%: 0,023-0,467$).

As participantes que residem com até quatro pessoas no domicílio apresentaram um maior percentual de conhecimento adequado (66,7%) em relação a morar com mais de 4 pessoas ($OR = 0,417$; $IC95\%: 0,105-1,656$), embora sem significância estatística ($p = 0,240$).

A variável renda familiar sugere que participantes com renda maior que um salário-mínimo apresentaram maior prevalência (58,3%) e 67,9 % mais chance de conhecimento adequado do que aquelas com menor renda ($OR = 0,321$; $IC95\%: 0,090-1,151$).

Ter recebido alguma informação sobre a importância de alimentação adequada para criança apresentou um dos melhores percentuais para o conhecimento adequado (17,1%) demonstrando associação estatisticamente significativa ($p\text{-valor} < 0,05$) com o conhecimento das participantes. A análise indicou que essas mães tiveram 26,7% mais chance de apresentar conhecimento adequado ($OR = 0,733$; $IC95\%: 0,615-0,875$), reforçando o impacto positivo das ações educativas em saúde.

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

Tabela 1 – Associação das variáveis sociodemográficas e econômicas e o nível de conhecimento dos participantes sobre o uso dos alimentos regionais. Redenção, Ceará, Brasil, 2023

VARIÁVEIS	Conhecimento				Odds	p-valor
	Adequado		Inadequado			
Idade do participante	N	%	N	%		
18 a 29 anos	6	8,6	30	42,9	-	0,827
30 a 39 anos	5	7,1	20	28,6	0,625 (0,065 – 5,966)	
40 ou mais	1	1,4	8	11,4	0,500 (0,050 – 4,978)	
Escolaridade						
Primeiro grau completo e incompleto	1	1,4	16	22,9	-	0,057
Segundo grau completo e incompleto	5	7,1	31	44,3	0,388 (0,042 – 3,604)	
Graduação completa e incompleta	6	8,6	11	15,7	0,115 (0,012 – 1,089)	
Estado Civil						
Com companheiro	11	15,7	38	54,3	5,789 (0,697 –	0,092
Sem companheiro	1	1,4	20	28,6	48,111)	
Ocupação						
Dona de casa (do lar)	3	4,3	36	51,4	1	0,035*
Estudante	1	1,4	4	5,7	0,333 (0,28 – 4,011)	
Diarista(faxineira)	0	0,0	2	2,9	-	
Costureira	0	0,0	1	1,4	-	
Autônomo	0	0,0	3	4,3	-	
Vendedora	0	0,0	2	2,9	-	
Outros	8	11,4	10	14,3	0,104 (0,023 – 0,467)	
Nº de pessoas na residência						
Até 4 pessoas	8	66,7	48	82,8	0,417 (0,105 – 1,656)	0,240
Mais de 4 pessoas	4	33,3	10	17,2		
Renda familiar¹						
Menor que um salário-mínimo	5	41,7	40	69,0	0,321 (0,090 – 1,151)	0,100
Maior que um salário-mínimo	7	58,3	18	31,0		
A criança apresenta alguma doença?						
Sim	3	4,3	5	7,1	3,533 (0,716 –	0,132 ²
Não	9	12,9	53	75,7	17,436)	
Você já recebeu alguma informação sobre a importância de alimentação adequada para criança?						
Sim	12	17,1	33	47,1	0,733 (0,615 – 0,875)	0,003*
Não	0	0,0	25	35,7		

¹O salário-mínimo em 2023 corresponde a R\$ 1.320,00, *p-valor < 0,05.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

Em relação à atitude frente ao uso de alimentos regionais, a ocupação “dona de casa” apresentou associação estatisticamente significativa com a atitude adequada ($p = 0,035$), e a alta prevalência também foi observado entre as participantes que possuía companheiro, apresentando 2,4 vezes mais chance de ter a atitude adequada ($OR = 2,4$; $IC95\%: 0,695-0,829$), embora sem significância estatística ($p = 0,188$). A maior prevalência de atitude positiva também se destacou entre mulheres com menor renda familiar, apesar de não apresentar valor estatisticamente significativo (Tabela 2).

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

Tabela 2 – Associação das variáveis sociodemográficas e econômicas e o nível de atitude dos participantes sobre o uso dos alimentos regionais. Redenção, Ceará, Brasil, 2023

VARIÁVEIS	Atitude				Odds	p-valor
	Adequado N	%	Inadequado N	%		
Idade do participante						
18 a 29 anos	26	37,1	10	14,3	1	
30 a 39 anos	23	32,9	2	2,9	0,226 (0,045 – 1,141)	0,123
40 ou mais	8	11,4	1	1,4	0,325 (0,036 – 2,942)	
Escolaridade						
Primeiro grau completo e incompleto	12	17,1	5	7,1	1	
Segundo grau completo e incompleto	28	40,0	8	11,4	0,686 (0,186 – 2,531)	0,063
Graduação completa e incompleta	17	24,3	0	0,0	-	
Estado Civil						
Com companheiro	42	60,0	7	10,0	2,4 (0,695 – 8,290)	0,188
Sem companheiro	15	21,4	6	8,6		
Ocupação						
Dona de casa (do lar)	30	42,9	9	12,9	1	
Estudante	5	7,1	0	0,0	-	
Diarista(faxineira)	2	2,9	0	0,0	-	
Costureira	0	0,0	1	1,4	-	
Autônomo	1	1,4	2	2,9	6,667 (0,540 – 82,310)	0,035*
Vendedora	2	2,9	0	0,0	-	
Outros	17	24,3	1	1,4	0,196 (0,23 – 1,683)	
Nº de pessoas na residência						
Até 4 pessoas	45	64,3	11	15,7	0,682 (0,133 – 3,500)	1,000
Mais de 4 pessoas	12	17,1	2	2,9		
Renda familiar						
Menor que um salário-mínimo	36	51,4	9	12,9	0,762 (0,209 – 2,781)	0,759
Maior que um salário-mínimo	21	30,0	4	5,7		
A criança apresenta alguma doença?						
Sim	8	11,4	0	0,0	1,265 (1,113 – 1,438)	0,336
Não	49	70,0	13	18,6		
Você já recebeu alguma informação sobre a importância de alimentação adequada para criança?						
Sim	39	55,7	6	8,6	2,586 (0,742 – 8,606)	0,199
Não	18	25,7	7	10,0		

*O salário-mínimo em 2023 corresponde a R\$ 1.320,00, *p-valor < 0,05.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

Quanto à prática alimentar adequada foi observada com maior frequência entre os participantes mais jovens e com segundo grau. Ter um companheiro apresentou um dado importante, cujas participantes que possuem companheiro apresentaram 2,7 vezes mais chance e um maior percentual de apresentarem práticas adequadas (OR = 2,7; IC95%: 0,875–8,548), embora sem significância estatística ($p = 0,126$) em relação ao uso dos alimentos regionais (Tabela 3).

Houve associação estatisticamente significativa com a ocupação “dona de casa” ($p < 0,05$), sendo esse o grupo com maior prevalência de prática positivas. Somado a esse fator, ter companheiro e residir com menos até quatro pessoas no domicílio mostraram tendência de associação com prática adequada, embora sem têm uma maior probabilidade de práticas adequadas significância estatística.

Participantes cujas crianças não apresentavam alguma doença tiveram um maior percentual de práticas adequadas, e aquelas que receberam alguma informação sobre a importância da alimentação adequada apresentaram um maior número de práticas adequadas. Vale ressaltar que ter recebido alguma informação sobre a importância de alimentação adequada para criança apresenta 2,6 mais chances de terem práticas adequadas (OR = 2,6; IC95%: 0,850–7,961), em relação ao uso dos alimentos regionais quando comparadas as participantes que não receberam essa informação (Tabela 3).

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

Tabela 3 – Associação das variáveis sociodemográficas e econômicas e o nível de prática dos participantes sobre o uso dos alimentos regionais. Redenção, Ceará, Brasil, 2023

VARIÁVEIS	Prática				Odds	P-valor
	Adequado N	%	Inadequado N	%		
Idade do participante						
18 a 29 anos	28	40,0	8	11,4	1	
30 a 39 anos	17	24,3	8	11,4	1,647 (0,521 – 5,204)	0,419 ¹
40 ou mais	8	11,4	1	1,4	0,438 (0,047 – 4,038)	
Escolaridade						
Primeiro grau completo e incompleto	12	17,1	5	7,1	1	
Segundo grau completo e incompleto	25	35,7	11	15,7	1,056 (0,299 – 3,728)	0,126 ¹
Graduação completa e incompleta	16	22,9	1	1,4	0,150 (0,015 – 1,457)	
Estado Civil						
Com companheiro	40	57,1	9	12,9	2,735 (0,875 – 8,548)	0,126 ²
Sem companheiro	13	18,6	8	11,4		
Ocupação						
Dona de casa (do lar)	30	42,9	9	12,9	1	
Estudante	5	7,1	0	0,0	-	
Diarista(faxineira)	1	1,4	1	1,4	3,333 (0,189 – 58,799)	0,008 ^{1*}
Costureira	0	0,0	1	1,4	-	
Autônomo	0	0,0	3	4,3	-	
Vendedora	1	1,4	1	1,4	3,333 (0,189 – 58,799)	
Outros	16	22,9	2	2,9	0,417 (0,080 – 2,165)	
Nº de pessoas na residência						
Até 4 pessoas	40	57,1	16	22,9	0,192 (0,023 – 1,594)	0,162
Mais de 4 pessoas	13	18,6	1	1,4		
Renda familiar²						
Menor que um salário-mínimo	34	48,6	11	15,7	0,976 (0,311 – 3,059)	1,000 ²
Maior que um salário-mínimo	19	27,1	6	8,6		
A criança apresenta alguma doença?						
Sim	7	10,0	1	1,4	2,435 (0,278 – 21,349)	0,669 ²
Não	46	65,7	16	22,9		
Você já recebeu alguma informação sobre a importância de alimentação adequada para criança?						
Sim	37	52,9	8	11,4	2,602 (0,850 – 7,961)	0,144 ²
Não	16	22,9	9	12,9		

² O salário-mínimo em 2023 corresponde a R\$ 1.320,00, ¹Teste Qui-quadrado, ²Teste exato de Fisher, *p-valor < 0,05.

Fonte: Dados da própria pesquisa, 2023.

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

A tabela 4 apresenta uma forte associação e significância estatística entre os domínios conhecimento, atitude e prática. Nenhuma mãe com conhecimento adequado apresentou prática inadequada; e aquelas com a atitude adequada apresentaram ter 5,4 vezes mais chance de ter a prática adequada (OR = 5,48; IC95%: 1,515–19,849), reforçando a importância de atitudes positivas no comportamento alimentar infantil.

Tabela 4 – Associação entre os domínios conhecimento e atitude com o domínio prática. Redenção, Ceará, Brasil, 2023.

Domínios	Prática				Odds	p-valor
	Adequada N	%	Inadequada N	%		
Conhecimento						
Adequado	12	17,1	0	0,0	1,415 (1,199 – 1,670)	0,031 ^{1*}
Inadequado	41	58,6	17	24,3		
Atitude						
Adequado	47	67,1	10	14,3	5,483 (1,515 – 19,849)	0,011 ^{1*}
Inadequado	6	8,6	7	10,0		

¹Teste exato de Fisher, *p-valor < 0,05.

Fonte: Dados da própria pesquisa, 2023.

DISCUSSÃO

Os resultados dessa pesquisa sugerem que variáveis como ocupação e recebimento de informações sobre alimentação adequada têm uma influência importante nos hábitos alimentares dos cuidadores. Esses resultados indicam ainda que intervenções para melhorar o conhecimento e a atitude dos cuidadores podem ser eficazes para promover práticas alimentares adequadas dos cuidadores em relação à alimentação com ingredientes regionais das crianças.

Quando se trata do uso de alimentos regionais, o conhecimento nutricional é um fator preditor importante, haja vista que a compreensão sobre a temática favorece comportamentos adequados quanto a escolha desses alimentos¹³.

Frente aos resultados desse estudo, as participantes com o primeiro grau completo tiveram menor probabilidade de ter um conhecimento inadequado quanto aos alimentos regionais, indicando que o conhecimento não se restringe aos níveis escolaridade. Portanto, as práticas educativas devem ser fundamentadas na valorização dos diferentes saberes, científicos,

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

técnicos e populares, dessa forma combate-se o conhecimento hegemônico que priva as diversidades da construção científica¹⁴.

Corroborando com as análises de outros estudos que abordam sobre a alfabetização nutricional, indivíduos com maiores rendas apresentam um maior conhecimento nutricional¹³.

Quanto ao recebimento de informações sobre a alimentação saudável da criança, as participantes obtiveram maiores chances de apresentarem o conhecimento adequado em relação àquelas que nunca receberam essa informação, essa condição também garantiu à essas mães 2,5 vezes mais chance de terem uma atitude adequada e 2,6 mais chances de terem práticas adequadas. Esse resultado reforça a importância de campanhas de conscientização e educação em saúde como ferramentas para melhorar o conhecimento, atitude e prática sobre práticas alimentares infantis adequadas¹⁵.

Além disso, o estado civil “com companheiro”, o número acima de quatro pessoas residindo na mesma moradia e mães de crianças “sem doenças” foram rastreados por estarem associados aos parâmetros de conhecimento inadequado.

Ressalta-se que a ocupação “dona de casa” apresentou associação estatisticamente significativa com o conhecimento inadequado. No século XX, havia um considerável quantitativo de mulheres que se dedicavam aos serviços domiciliares e que tinham baixa escolaridade, variando entre aquelas que apenas sabiam assinar, até aquelas que não sabiam ler e escrever. Apesar do incentivo a alfabetização das domésticas, advindo das lutas sociais, essa classe social ainda tem os menores índices de escolaridade, fator que influencia nos níveis de conhecimento, até mesmo de temas cotidianos, como os alimentos regionais¹⁶.

Em primeira análise, foi perceptível que mães com maiores níveis de escolaridade apresentaram níveis de atitude adequada. A atitude é compreendida como as crenças e opiniões sobre um determinado objeto ou situação, logo os níveis de escolaridade estão diretamente associados a compreensão dos indivíduos quanto a importância de uma dieta saudável e a inclusão de alimentos regionais em seu cardápio¹⁷.

A prática adequada frente ao uso de alimentos regionais, refere-se à inserção desses componentes na dieta da criança. Os estudos nacionais apontam uma constante redução no consumo de ingredientes regionais pelos brasileiros. Essa realidade reflete em padrões alimentares propensos a risco, haja vista que os alimentos típicos, *in natura* ou minimamente

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

processados estão sendo substituídos por alimentos processados e ultraprocessados, além disso essa condição também contribui para a perda da identidade culinária alimentar¹⁸.

Entre as variáveis sociodemográficas analisadas, a ocupação apresentou associação estatisticamente significativa ($p\text{-valor}<0,05$) com as práticas adequadas. A ocupação “dona de casa” apresenta os maiores percentuais (42,9%) de prática adequada no uso de alimentos regionais. Essa condição garante maiores níveis de segurança alimentar, e está associado a maior disponibilidade de tempo e dedicação dessas mães em preparar uma alimentação de qualidade com ingredientes da safra. Pesquisas indicam que indivíduos em ocupações com alta carga horária fora do lar tendem a depender mais de alimentos processados ou refeições rápidas, o que pode levar a uma diminuição na qualidade da dieta; enquanto os indivíduos que se dedicam ao preparo das refeições em casa, como as “donas de casa”, geralmente têm maior capacidade de preparar refeições com ingredientes frescos e menos processados, promovendo hábitos alimentares mais saudáveis e consistentes¹⁹.

Conforme os resultados dessa pesquisa, as participantes com uma renda familiar inferior a um salário-mínimo apresentaram práticas adequadas, o que pode estar associado ao fato de os alimentos regionais serem economicamente favoráveis e de fácil acesso. Essa característica torna-os uma alternativa viável para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que explica o aumento do consumo desses alimentos por esse público².

Por outro lado, a baixa renda das famílias também pode configurar-se como barreira importante para a adoção de práticas alimentares saudáveis. Pesquisas apontam que pessoas com baixa renda apresentam limitações de tempo para o preparo das refeições e lacunas no conhecimento para esse preparo, essa condição interfere diretamente na qualidade da alimentação desse público²⁰.

Assim como em outros estudos, os participantes com maiores níveis de escolaridade apresentaram uma escolha de hábitos alimentares saudáveis, e no contexto da presente pesquisa optaram por tubérculos, leguminosas e frutas regionais. Apesar desses resultados, a maior escolaridade não garante um padrão alimentar saudável, tendo em vista que há um percentual considerável de indivíduos com o mesmo perfil educacional que tem escolhas alimentares baseadas em *fast food*. Essa divergência de padrões alimentares em um mesmo indivíduo é

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

denominada “padrão alimentar duplo” e evidencia que o conhecimento nem sempre se traduz em prática²¹.

Por fim, ressalta-se que os dados dessa pesquisa comprovam que os níveis de conhecimento e atitude adequados refletem diretamente em uma prática adequada, aumentando o consumo de alimentos regionais e gerando padrões alimentares saudáveis.

O Programa de Aquisição Alimentar (PAA) tem como finalidade incentivar a agricultura familiar, o consumo e a valorização dos alimentos produzidos por essa agricultura. Dessa forma, assegura a alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, garantindo o direito humano à alimentação adequada e saudável²². Tendo em vista, os benefícios do consumo de alimentos regionais e as metas do PAA, é fundamental a propagação do conhecimento e uso desses alimentos, considerando as interferências sociodemográficas e econômicas.

O estudo apresenta como limitação o fato de a amostragem ter sido realizada por conveniência, embora operacionalmente viável, o que restringe a representatividade da população geral e, conseqüentemente, a generalização dos resultados. Optou-se por essa abordagem devido ao acesso facilitado ao público-alvo do presente estudo. Além disso, o tamanho amostral reduzido pode não captar toda variabilidade dos fatores sociodemográficos presentes na população estudada, o que pode afetar o poder estatístico.

Também se destaca a possibilidade de viés de resposta, uma vez que os dados foram autorreferidos pelas participantes, o que pode influenciar a veracidade ou precisão das informações fornecidas. Assim, os achados devem ser interpretados com cautela na extrapolação dos resultados, e indicam a importância de estudos futuros com amostras probabilísticas, maiores e em diferentes contextos territoriais e culturais.

Os achados deste estudo reforçam a necessidade de considerar os fatores sociodemográficos, como ocupação, renda e acesso à informação, na formulação de políticas públicas voltadas à alimentação e nutrição infantil. A identificação de maior adesão ao uso de alimentos regionais entre mães donas de casa ou que receberam orientação nutricional aponta para o potencial das ações educativas na Atenção Primária à Saúde.

Programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) podem ser fortalecidos ao incorporar estratégias regionais que promovam o consumo de alimentos típicos locais cujas intervenções concretas incluem a

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

capacitação de agentes comunitários de saúde e profissionais da educação para desenvolverem atividades de educação alimentar como foco nos alimentos regionais bem como a inclusão de oficinas práticas para preparo desses alimentos nas unidades de saúde e escola, e a articulação com produtores locais para facilitar o acesso.

Tais estratégias, se bem implementadas, podem contribuir para a segurança alimentar e nutricional de crianças em situação de vulnerabilidade, valorizando a cultura alimentar local e reduzindo a exposição ao consumo de ultraprocessados.

CONCLUSÃO

Os níveis de conhecimento, atitude e prática quanto ao uso de alimentos regionais em famílias com criança menores de cinco anos apresenta uma associação estatisticamente significativa com a ocupação materna; e o conhecimento também sofre influência do recebimento de informações de saúde sobre a alimentação infantil. Os resultados sugerem que os fatores sociodemográficos e econômicos influenciam no CAP do uso desses alimentos.

Perante os resultados obtidos, reforça-se a importância da realização de intervenções educativas, considerando o contexto sociodemográfico, sobre a promoção de hábitos alimentares saudáveis na primeira infância, por meio do uso de alimentos regionais. Embora este estudo não tenha medido diretamente o consumo de ultraprocessados, os resultados apontam para a importância de promover alimentos regionais como estratégia para mitigar esse consumo e assim reduzir os riscos de doenças crônicas não transmissíveis, como anemia, sobrepeso e baixo peso na infância.

Frente a escassez da literatura, recomenda-se a realização de novos estudos longitudinais e comparativos em diferentes contextos socioeconômicos, com amostras representativas, que avaliem a associação de fatores sociodemográficos e os níveis de conhecimento, atitude e prática quanto ao uso de alimentos regionais, em diferentes contextos culturais e territoriais. que poderão identificar fatores preditores e orientar estratégias de promoção alimentar culturalmente sensíveis.

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

REFERÊNCIAS

1. Chapanski VR, Costa MD, Fraiz GM, Höfelmann DA, Fraiz FC. Insegurança alimentar e fatores sociodemográficos em crianças de São José dos Pinhais, Paraná, 2017: estudo transversal. Epidemiol. Serv. Saúde [Internet]. 2021 Dez [citado 2025 Jul 25]; 30(4): e2021032. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742021000400312&lng=pt. Epub 24-Nov-2021. <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742021000400008>
2. Martins MC. Impacto da intervenção educativa em mães e/ou responsáveis de pré-escolares quanto à utilização dos alimentos regionais [tese doutorado]. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem; 2010. 158 p.
3. Costa DV de P, Lopes MS, Mendonça R de D, Malta DC, Freitas PP de, Lopes ACS. Diferenças no consumo alimentar nas áreas urbanas e rurais do Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde. Ciênc saúde coletiva [Internet]. 2021;26:3805–13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.2.2675201>
4. Brasil. Alimentos regionais brasileiros [Internet]. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2015 [citado 30 mar 2025]. 484 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alimentos_regionais_brasileiros_2ed.pdf
5. Silva MAL da, Louzada ML da C, Levy RB. Disponibilidade domiciliar de alimentos regionais no Brasil: distribuição e evolução 2002-2018. Secur. Aliment. Nutr. [Internet]. 2022 [citado 31 Mar 2025];29(00):e022007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8668716>
6. Ferreira HLOC, Siqueira CM, Costa N da, Pereira E da C, Fiúza A de A, Ribeiro SG, et al. Fatores associados ao conhecimento, atitude e prática de escolares sobre a vacinação contra o Papilomavírus Humano. Rev René [Internet]. 2022, 20 de setembro [citado em 20 Mar 2025];23:e78179. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/rene/article/view/78179>
7. Fontes MB, Crivelaro RC, Scartezini AM, Lima DD, Garcia A de A, Fujioka RT. Fatores determinantes de conhecimentos, atitudes e práticas em DST/Aids e hepatites virais, entre jovens de 18 a 29 anos, no Brasil. Ciênc saúde coletiva [Internet]. 2017;22(4):1343–52. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017224.12852015>
8. Silveira M, Martins MC, Oliveira E, Joventino ES, Ximenes LB. Knowledge, attitude and practice on regional food among families of preschool children. Rev Rene. 2014;15(1):37-44. doi:10.15253/2175-6783.2014000100006.
9. Santos JS dos, Agranemam JPD da S, Oliveira C de A, Gondim ITG de O, Silva V de L, Lins CC dos SA, et al. Conhecimentos atitudes e práticas sobre a prevenção da covid-19 em idosos com doença de parkinson e fatores associados. Estud. interdiscip. envelhec. [Internet]. 2023 [citado 31 Mar 2025];28. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/118293>

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

10. Joventino ES. Elaboração e validação de vídeo educativo para promoção da autoeficácia materna na prevenção da diarreia infantil [tese de doutorado]. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará; 2013. 188 p.
11. Martins MC, Frota MA. Fatores que interferem na utilização de alimentos regionais como prevenção da desnutrição infantil na cidade de Maranguape – Ceará. *Caderno de saúde coletiva*, Rio de Janeiro. 2007; 15(2): 169-182.
12. Martins MC, Ximenes LB, Casimiro CF, Silveira VC, Frota MA. Estratégia educativa com enfoque nos hábitos alimentares de crianças: alimentos regionais. *Cogitare Enferm*. 2009;14(3). doi:10.5380/ce.v14i3.16170.
13. Sanlier N, Kocaay F, Kocabas S, Ayyildiz P. The Effect of Sociodemographic and Anthropometric Variables on Nutritional Knowledge and Nutrition Literacy. *Foods*, 2024; 13(2): 346. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/foods13020346>
14. Acioli S, Pedrosa JI dos S. Os processos de produção de conhecimentos e pesquisa na educação popular e saúde. *Rev. Ed. Popular* [Internet]. 2020 [citado 30 abril 2025];281-9. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/56009>
15. Moliterno A, Silva TA da, Meira MZC de, Furlan PLL, Brito B dos S, Campos MJG, et al. Promoting health in public schools: An experience report on the importance of healthy eating. Editora [Internet]. 2024 [citado 31 Mar 2025]; 2:592-5. Disponível em: <https://sevenpublicacoes.com.br/editora/article/view/3794>
16. Pascoa MAC. Donas de casa, criadas e empregadas: trabalho doméstico na Fortaleza dos anos 1920 e 1930 [dissertação mestrado]. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História; 2020. 119 p.
17. Almeida PP, Pereira GA, Silva MA, Araújo RMA, Lima LM, Henriques BD. Fatores associados ao consumo de alimentos segundo o grau de processamento na Atenção Primária à Saúde. *DEMETRA* [Internet]. 2021 [citado 30 abril 2025];16:e59168. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/59168>
18. Monteiro R de C de A, Verly Júnior E. Evolução da disponibilidade domiciliar de alimentos regionais no Amazonas. *Rev. saúde pública* [Internet]. 2023 [citado 31 mar 2025];57(1):69. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/218847>
19. Gomes J, Bona M, Torres C, Mota A, Ambikapathi R, Machioni D, et al. Food Insecurity in the Academic Community During the COVID-19 Pandemic. *Curr Dev Nutr*. 2021; 7(5):223. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8181545/>.
20. Palmer S, Knoblauch ST, Winham DM, Hiller M, Shelley MC. Putting Knowledge into Practice: Low-Income Women Talk about Food Choice Decisions. *International Journal of Environmental Research and Public Health*. 2020; 17(14):5092. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph17145092>

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

21. Cunha CM de L, Canuto R, Rosa PBZ, Longarai LS, Schuch I. Associação entre padrões alimentares com fatores socioeconômicos e ambiente alimentar em uma cidade do Sul do Brasil. Ciênc saúde coletiva [Internet]. 2022;27(2):687–700. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022272.37322020>

22. Programa de Aquisição de Alimentos [Internet]. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. 2025 [citado 30 abril 2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-de-aquisicao-de-alimentos>

Submetido em: 1/5/2025

Aceito em: 30/8/2025

Publicado em: 2/3/2026

Contribuições dos autores

Maria Graciana da Silva Felipe: Curadoria de dados; Investigação; Administração do projeto; Design da apresentação de dados; Redação do manuscrito original; Redação - revisão e edição.

Thiago Leoncio Caiana: Redação - revisão e edição; Validação de dados e experimentos.

Cristiane Melo Poletto: Redação - revisão e edição; Metodologia.

Josy Renata Moreira Machado: Redação - revisão e edição; Metodologia.

Ana Cecilia Cardozo Soares: Redação - revisão e edição

Gilvan Ferreira Felipe: Redação - revisão e edição; Metodologia; Validação de dados e experimentos; Redação - revisão e edição.

Leidiane Minervina Moraes de Sabino: Conceituação; Curadoria de dados; Obtenção de financiamento; Administração do projeto; Supervisão; Validação de dados e experimentos; Redação do manuscrito original; Redação - revisão e edição.

Jairo Domingos de Moraes: Curadoria de dados; Análise Formal; Metodologia; Supervisão; Validação de dados e experimentos;

INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DE ALIMENTOS REGIONAIS NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL

Redação do manuscrito original; Redação - revisão e edição
Todos os autores aprovaram a versão final do texto.
Conflito de interesse: Não há conflito de interesse.
Financiamento: Não possui financiamento
Autor correspondente: Maria Graciana da Silva Felipe Universidade Federal do Ceará – UFC Av. da Universidade, 2853 - Benfica, Fortaleza/CE, Brasil. CEP 60020-181 gracianafelipe@gmail.com
Editora chefe: Dra. Adriane Cristina Bernat Kolankiewicz

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença Creative Commons.

